



“Historiador do instantâneo”.

A revista Manchete como fonte de levantamento histórico do período da ditadura militar no Brasil¹

Maurini de Souza²

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo

Este artigo aponta a Revista Manchete, impresso semanal veiculado nacionalmente de 1952 a 2000, como fonte para um levantamento histórico-político-social da sociedade à qual se apresenta, com a ressalva de que tal abordagem enfoca o contexto momentâneo por que cada informação se inseriria, sendo filtrada por motivos políticos ou econômicos. Assim, é feito um recorte do Brasil durante o período da Ditadura Militar, incluindo os antecedentes dessa época (anos 50 do século passado), por meio das reportagens desse veículo, contrastando-as com os dados históricos oficiais da atualidade, na busca de uma abordagem dialética.

Palavras-chave

Jornalismo Impresso; História do Brasil; Ditadura Militar; Revista Manchete,

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de pesquisa Jornalismo Impresso (DT1), IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa da Intercom, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Doutoranda na Universidade Federal do Paraná (UFPR).



O Brasil de Manchete

Lopes (2003) afirma que a partir da segunda metade do século XX, a indústria cultural brasileira se tornou “o setor mais dinâmico e hegemônico do mercado de bens culturais do país” (p. 31). Esse setor da economia teve como marcos o início da televisão no Brasil, em 1950, a ampliação dos departamentos comerciais das rádios e as fusões das emissoras, formando grandes redes, e o investimento das empresas de comunicação em revistas de circulação nacional. Essas revistas tiveram como pioneira a *O Cruzeiro*, publicada pelos *Diários Associados* de Assis Chateaubriant, a partir de 1928; a *Manchete*, editada pela Bloch Editores, surgiu em 1952.

A *Cruzeiro* chegou ao fim de circulação em 1975, e a *Manchete* passou a dominar o mercado pouco após sua fundação - os duzentos mil exemplares da primeira edição foram vendidos pelo mesmo preço da concorrente e, quatro anos depois, esse número estava em oitocentos mil. A revista investiu em um formato gráfico diferenciado, um texto caracterizado pela facilidade no entendimento e colunistas como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Fernando Sabino, Nelson Rodrigues, Paulo Mendes Campos, Lígia Fagundes Telles e Antônio Callado. “A lucratividade da empresa era surpreendente” (ANDRADE/ CARDOSO: 2001. p. 250).

As reportagens da *Manchete* são eficientes para um levantamento histórico do Brasil na segunda metade do século XX, destacando-se que elas partem de um local diferenciado de emissão.

Os meios de comunicação de massa exercem, nas sociedades contemporâneas, um papel central na constituição e na formalização da memória social. Ao se apresentar como o principal discurso semantizador dos acontecimentos e das transformações da realidade, o jornalismo se constitui em um dos mais importantes lugares de memória dos nossos tempos (RIBEIRO: 2000).

Por exemplo, quando publica uma entrevista com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, a “personalidade mais discutida no momento” que declara que a crise, cujos gêneros dramáticos seriam os alimentos, iria piorar muito, gerando agitações, “protestos, greves, quebra de confiança nas autoridades públicas”, *Manchete* não possuía o distanciamento histórico de um pesquisador que hoje aponta os



fatos ocorridos anos atrás e analisa as situações – a entrevista foi publicada em janeiro de 1960. Brizola previu, nessa reportagem, o que ocorreu quatro anos depois: “estamos vivendo o desenvolvimento de um processo revolucionário (...) As eleições presidenciais de 1960 ou uma eventual ditadura poderão polarizar o protesto público por algum tempo” (nº. 402, p. 28-30); hoje essa declaração é significativa, mas na época a ditadura não havia se instaurado e nenhum outro comentário a esse respeito foi feito após a declaração profética do então político brasileiro, demonstrando o desprezo por tal idéia naquele momento em que a democracia era o foco do país.

Outro exemplo dessa diferença de ponto-de-vista de um impresso para um levantamento histórico, num outro contexto do que o apresentado acima, é a matéria “Operação no Vale do Terror” (nº. 942). A imprensa brasileira estava sob a censura imposta pelo Ato Institucional número 5, e a matéria trata da atuação militar no Vale da Ribeira, em que foram apreendidas armas e rádios-escutas. Os militares isolaram a região, na “caça aos guerrilheiros” (p. 23) e deveriam prosseguir a operação “até a limpeza completa da área” (p. 22). Hoje, após estudos sobre a manipulação de informações e violência da censura e do governo militar na época³, essas informações são questionadas, o que raramente ocorria na época. Também na edição de dezembro de 1968, as reportagens sobre atentados terroristas (bombas) no Rio de Janeiro e a prisão de padres “subversivos” em Minas Gerais são vistas de outra maneira após esse distanciamento histórico: várias bombas do período foram implantadas pelos próprios militares como forma de ratificar prisões⁴ e o caso dos padres, que foram torturados (o que resultou no suicídio de um deles, “Frei Tito”), tornou-se livro e filme⁵, desmentindo a versão de “subversivos” apontada pela revista.

Para um levantamento histórico baseando-se em fatos de um produto de comunicação de massa, principalmente em tempos de crise de liberdade da imprensa, o pesquisador deve agir com espírito crítico, tendo em mente a pressão política e econômica por que passava o veículo e apontar os fatos sob a ressalva dessas limitações.

³ Conferir em STEPHANOU, A.A.. Censura no regime militar e militarização das artes. Porto Alegre: Edipucrs, 2001; BERG, C.O. Mecanismos do Silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EdUFSCar, 2002; CAPARELLI, S. Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984). Porto Alegre, EDUFRGS, 1989 e Gaspari, Elio. A ditadura envergonhada, A ditadura escancarada, A ditadura derrotada e A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e 2004.

⁴ Conferir em FREIRE, A. “Leituras e representações do ano de 1968 no Brasil — algumas anotações”. In *Pro-Posições* vol.19 no.3 Campinas Sept./Dec. 2008. p. 245 a 265.

⁵BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: Guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. O filme tem o mesmo nome do livro.



Como escreveu Roberto Muggiati no editorial de dezembro de 1979, o jornalista é um “historiador do instantâneo” (p. 3).

Como exemplo dessa abordagem pode-se citar material documental, fotográfico, ou mesmo registro financeiro. Uma das formas de entender a economia do período é comparar os preços da revista. Na tabela abaixo estão algumas das edições utilizadas nesta construção histórica seguidas do preço dos exemplares:

Número	Data	Valor
1	26/04/52	Cr\$ 5,00
37	03/01/1953	Cr\$ 5,00
402	02/01/1960	Cr\$ 20,00
622	21/03/1964	Cr\$ 200,00
776	04/03/1967	Cr\$ 1000,00
941	02/05/1970	nCr\$ 3,00
1394	06/01/1979	nCr\$ 35,00
1445	28/12/1979	Cr\$ 60,00
1594	06/11/1982	Cr\$ 530,00
1647	12/11/1983	Cr\$ 1300,00
1654	31/12/1983	Cr\$ 1800,00
1697	27/10/1984	Cr\$ 3500,00
1707	05/01/1985	Cr\$ 5800,00
1768	08/03/1986	Cr\$ 27.000,00
1769	15/03/1986	Cz\$ 27,00
1902	01/10/1988	Cz\$ 600,00
1904	15/10/1988	Cz\$ 750,00
1905	22/10/1988	Cz\$ 850,00
1960	11/11/1989	nCz\$ 20,00

Em cada alteração de moeda, três zeros eram cortados da anterior. Essa medida ocorreu quatro vezes nos trinta anos que envolveram as duas eleições diretas no Brasil, de Jânio Quadros a Fernando Collor de Melo, o que denuncia as inflações do período. No caso da alteração ocorrida em março de 1986, por exemplo, em que José Sarney implantou o Plano Cruzado como tentativa de conter a inflação que chegara a 235% no ano anterior, houve o apoio popular, que é refletido por *Manchete*. No editorial, a revista apresenta como corajosa a medida do presidente, demonstrando apoio pelo fim da correção monetária e “torcendo para que a inflação zero seja finalmente alcançada”



(n. 1769, p. 3). Esse problema foi contornado apenas no governo de Itamar Franco (1992 a 1995), e levou ao Planalto o regente do plano econômico, então ministro Fernando Henrique Cardoso, que se tornou governante do Brasil de 1995 a 2003.

A *Manchete* norteará, neste trabalho, uma abordagem histórico-social do Brasil da segunda metade do século vinte.

O Brasil de Rio de Janeiro, São Paulo e estados periféricos

A revista *Manchete* foi publicada pela primeira vez em 26 de abril de 1952. Com a proposta de circulação semanal, localizava-se na rua Frei Caneca, 511, Rio de Janeiro, e tinha sucursal em São Paulo. O preço inicial foi de cinco cruzeiros, trouxe como editorial (“Um momento, leitor”) da primeira edição, a explicação do nome: Manchette (francês); segundo o Nouveau Dictionnaire Francais-Portugais, de Valdez, seria “s.f. Punhos de renda, etc.; manguitos. Manga postiça. O sinal que os dedos deixam no punho depois de apertá-lo (Naut). Tropa. (Tipografia) Nota marginal”. O articulista-editor explica que resolveram tirar o segundo “t” “que a fonética eliminou” e que o uso de então já era o atual, de título destacado (“grito gráfico”).

O Rio de Janeiro é destaque, mas não exclusividade no país na segunda metade do século. O teor de crítica à capital é encontrado em vários momentos. Na matéria “A policia sobe o morro”, de abril de 1953 (nº.50, p.6), a revista fala sobre as “batidas” policias nos morros cariocas, que já representavam “péssimos instintos e antecedentes” ao Rio de Janeiro. Porém a violência não se restringia à zona norte. Em 23.01.1960 (nº. 405, p.22-25), a denúncia de rapazes de classe média (zona Sul) que geram onda de furtos de automóveis no Rio de Janeiro foi concluída com a declaração de que “toda a população carioca se sente sob a ameaça das incursões criminosas desses jovens. Já em “Conversa com o leitor”, editorial de 4.03.1967, é divulgada a chegada, com chuva, ao Rio de Janeiro, dos cantores franceses Johnny Hallyday e Sylvie Vartan, e o comentário: “Em qualquer cidade do mundo, quando chove, a vida continua (...) Só mais tarde, às 5 da manhã, o cantor constatou o quanto se enganara: no Rio de Janeiro, quando chove, a cidade morre afogada”; o editor completa informando sobre as calamidades ocorridas numa cidade submersa, em que o Maracanã, em vez de fãs dos cantores, recebeu “milhares de flagelados” e o evento foi cancelado.

Vinte e um anos depois, em 1988, mais uma matéria de cunho negativo, em que cita a notícia do jornal *The New York Times*, de que o Rio de Janeiro estava falido, e



comenta que a cidade chamava a atenção de economistas do mundo todo: “Belezas naturais continuam sobrando no Rio, mas os recursos financeiros sumiram” (nº. 1902, p. 100).

Por outro lado, o Brasil, no segundo quadrante do século XX, ganha outro centro urbano: “Maior cidade da América do Sul e terceira maior do mundo latino”. É São Paulo, que em 1922 contava com 522 mil habitantes e em 1950 com dois milhões, 198 mil. Em 1960, a cidade se encontrava com três milhões, 221 mil e quatrocentas pessoas, segundo o IBGE (nº. 424, p. 42-56).

Essa multidão teve problemas, como o déficit de quarenta milhões de cruzeiros do hospital de Câncer, em 1960, em que a casa de saúde apelou para o governo federal para não falir (nº. 444 p. 43-44), e festas, como a inauguração do estádio Cícero Pompeu de Toledo, o Morumbi, noticiada na mesma edição (p. 77). Compartilhou com o Paraná, sua antiga província, a estrada BR2, entre as capitais desses estados, cujo tempo de viagem diminuiu de doze horas para cinco.

Mas também, ao lado do estado sulista e de Minas Gerais, passou pelo surto de paralisia infantil de 1952 (no Rio de Janeiro, a doença se propagou em 1953): “Veio (o surto) e encontrou a população desprotegida” (nº. 46, p.11). A modernidade dividia espaço com os problemas de saúde básica. Em 1967, a novidade eram as pistolas injetoras, que poderiam vacinar “150 mil pessoas por hora” (p.83) e que possibilitou a vacinação, em três meses, de 25 milhões de brasileiros contra a varíola (nº. 777, p. 82,83). Mas em 1979, os recursos da saúde ainda se concentravam na erradicação das “grandes endemias nacionais” (nº. 1394, p.64): febre amarela, malária e doença de Chagas.

A violência, que hoje é uma das marcas das grandes cidades brasileiras, também caracterizou São Paulo no último quadrante do século passado. Em novembro de 1983, uma reportagem destaca a “violência que se instalou entre nós” (nº. 1648, Editorial, p. 3), reconstituindo o assassinato de um bebê de oito meses e de sua mãe, por ocasião de assalto a agência bancária em São Caetano do Sul. Um dos subtítulos da matéria é “SP e o país exigem que cenas como esta não se repitam mais” (p.6).

O Paraná, no início dos anos cinquenta, também despontava como um dos ícones de desenvolvimento; em 1953, a revista destaca esse estado numa de suas publicações: “O crescimento vertiginoso do Paraná assombra o mundo todo” (nº. 46, p.36), na mesma edição, a Paraíba é evidência por causa da fome - o governo paraibano distribuía água racionada e solicitara ao governo federal a construção de açudes - e



Pernambuco é tema de uma reportagem pelo “melhor carnaval de todos os tempos”(p.6).

Em 1960, a imagem positiva do estado sulino continuava em foco, destacando-se como o “maior produtor de café e um dos mais importantes centros econômicos e culturais do país” (nº. 441, p. 64).

No final dos anos setenta, a promessa de desenvolvimento das áreas menos urbanas do país pôs em foco estados como Goiás “O estado de Goiás vive hoje uma experiência de desenvolvimento que abrange todos os setores econômicos, sociais e administrativos” (nº. 776, p. 92-104). E Amapá, quando a hidrelétrica do *Paredão* fazia parte “dos momentos mais importantes e decisivos de sua arrancada definitiva para o desenvolvimento econômico” (IDEM., p. 112 – 119), além de Belém, em que a procissão do Círio de Nazaré reúne multidão e ganha repercussão internacional (nº. 443, p. 87).

Um dado importante nesse último relato é que, na página que sucede a reportagem sobre a Amazônia (p. 120), há um anúncio da empresa de planejamento e assessoria *Amazônia*, situada em Goiânia, com o título “Ganhe dinheiro na Amazônia aproveitando os incentivos fiscais”; a publicidade cita exemplos de empreendimentos industriais que contam com isenção de impostos de renda: o incentivo do governo para se investir na região. O anúncio sinaliza a um questionamento quanto à imparcialidade da *Manchete* na matéria que o seguia.

Ditadura militar – antecedentes e sucessores

O Brasil, na segunda metade do século XX, pode ser estudado sob a ótica do esporte, um assunto de extremo destaque no país, e a revista *Manchete* traz o tema sob o enfoque do que importava na época, mesmo que hoje não seja tão significativo. Também no campo das ciências, a revista tem vários momentos.

A indústria cultural e os meios de comunicação de massa são assuntos que marcaram o país da época e poderiam ser representantes desse Brasil. O período iniciou com a chegada da televisão, em 1950, que revolucionou o setor, e, trinta anos depois, na reportagem “O salto para o sucesso”, é apresentada como “um dos setores de maior desenvolvimento da década”, o que a revista *Manchete* atribui à concentração de renda e ao consumismo predominantes na economia brasileira (p.56-59). Nesse contexto, a novela brasileira despontou e o Brasil foi marcado pela seqüência desse folhetim, com

assassinatos ficcionais que envolviam todo o país e finais felizes, os quais nem sempre refletiam os problemas enfrentados para que tais programas fossem ao ar. Por exemplo, na edição de 20.01.1979, o teledramaturgo Gilberto Braga fala da sua novela “Dancin’Days”⁶, um dos fenômenos dos anos 70, e as modificações impostas pela censura da época, por fatores, inclusive, cuja causa era desconhecida pelo próprio autor:

às vezes, uns cortes bobos, como a Iolanda não poder dar um tapa na cara do Horácio ou não poder dizer ‘filho da mãe’. Outras vezes, eu me irritava. Por exemplo, a Áurea no confessionário. A cena caminhava toda para um clímax em que ela dizia para o padre que tinha pecado contra a castidade ‘por pensamento’, tinha tido atração na praia por um homem de aliança no dedo. Essa parte foi cortada e eu não entendi(...) É difícil entender exatamente o critério deles (nº. 1396, p.9).

Justamente por intervenções como essa, nenhum assunto conseguiria representar tanto o Brasil da segunda metade do século quanto o golpe militar de 1964, sempre tratado pela revista sob o nome de “Revolução”. Ao se ler as previsões da época, que não se concretizaram, a postura hegeliana nos estudos sobre dialética vem à tona: somente se distanciando de um objeto é possível observar movimento que faz parte dele; no caso da história, quanto mais se distancia do fato ocorrido, mais se pode uni-lo ao todo, entendendo-o na sua totalidade (HEGEL: 1991).

Esse é o caso da cobertura de *Manchete* durante a eleição de Jânio Quadros. Em 15.10.1960, a revista, em edição especial, divulgava o resultado das eleições, na época em que os votos eram contados manualmente Jânio Quadros (pelo antigo UDN) fora o grande vencedor das eleições, com 2.031.002 votos⁷ (nº. 443). Na publicação seguinte, o impresso analisava a vitória, em quinze estados, dos vinte e um que compunham o país na época, enquanto o vice, João Goulart, de partido opositor a Jânio, vencera em catorze estados. Enfatizando o apoio da maioria absoluta no Congresso, a revista aponta que “Nunca, também, um homem chegou à Presidência da República, no Brasil, com as mãos livres para executar as promessas que fez” (p. 16).

O que não adiantou. Em 25 de agosto do mesmo ano, Jânio Quadros renunciou ao mandato. Vinte e oito anos depois, a revista *Manchete* lembrava do caso na matéria intitulada “O ovo da serpente”, em que afirmava que “O Brasil era feliz e não sabia” e que “ao contrário de Deus, por linhas certas o brasileiro escrevia errado”, lembrando das

⁶ Dancin' Days foi uma [telenovela brasileira](#), produzida e exibida pela [Rede Globo](#) de [10 de julho de 1978](#) a [27 de janeiro de 1979](#), às 20 horas. Foi escrita por [Gilberto Braga](#) e dirigida por [Daniel Filho](#), [Gonzaga Blota](#), [Dênis Carvalho](#), [Marcos Paulo](#) e José Carlos Pieri, tendo contado com 173 [capítulos](#).

⁷ A votação oficial do presidente é de 5,6 milhões de votos (www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/lideres/est9.htm). A revista, porém, apresenta essa numeração parcial.



contagens manuais de votos, marcações com giz, da importância do radialista Heron Domingues, “um astro da mídia”, na divulgação dos resultados e de uma eleição que se passou “sem incidentes graves” (nº. 1960, p. 33). Jânio Quadros sumiu da mídia, voltando a ter destaque na *Manchete* em 1979, como orientador aos políticos que buscam conselhos “que seus cabelos brancos tornam respeitáveis” (nº. 1396, p.26-29).

O presidente seguinte, João Goulart (Jango), participou da aula inaugural da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, em que atendeu a “praticamente a todas as reivindicações dos estudantes” e foi ovacionado (nº.622, p. 17); investiu “mais de 120 bilhões de cruzeiros em obras de saneamento e de recuperação do território brasileiro”, no programa “Por um Brasil sadio”, nova política de saneamento e eliminação das favelas (nº. 620, p. 4-5) e comandou a reforma agrária (nº.622, p. 92-95).

Em 21.03.1964, dez dias antes da tomada de poder pelos militares, a capa da revista trazia como manchete: “Reforma Agrária – a primeira lei”, relativa à entrevista com o redator do decreto inicial da Reforma Agrária, João Pinheiro Neto. O então Ministro do Trabalho e Previdência Social explicava que “visa o decreto a assustar não apenas o coronelato pessedista (PSD), mas também a todos que pretendem conservar o Brasil miserável e medieval” em resposta à questão dos “coronéis” do partido citado terem manifestado seu descontentamento com a lei que seria imposta. Na mesma reportagem, Pinheiro Neto explica na como seria essa lei: “Em primeiro lugar, o decreto visa imobilizar faixas de terras abandonadas situadas ao longo das rodovias, das ferrovias e às margens dos açudes (...) retirá-las da área da especulação imobiliária para a área da produção.” O governo não pagaria “à vista e em dinheiro”, mas “em títulos da dívida pública a longo prazo” (nº. 622, p.6).

Mas o decreto não chegou a vigorar, e a Superintendência da Reforma Agrária foi destituída pelos militares logo após a tomada de poder. Em 11 de abril, uma edição extra (nº. 625) trazia como título principal “As fotos da revolução”, exibindo a revolta da Marinha, que ocorreu quando Jango estava no Rio Grande do Sul; segundo a revista, o presidente autorizou o então ministro da Marinha a agir, mas sem violência aos sindicalizados. Na ocasião, o ministro da Guerra, chefe do Estado-maior do exército, General Humberto Castelo Branco, fez uma advertência contra a infiltração comunista no país. Essa declaração, unida à crise dos marinheiros, estremeceu as relações entre forças armadas e governo.

A edição seguinte (nº 626) contém uma matéria relatando a vida do general Castelo Branco, novo presidente do Brasil, sob o título: “Os labirintos da revolução”.

Revolução sem combate, mas que manifestou linha dura desde o início: o governador Miguel Arraes não renunciou e foi preso em Pernambuco, e o Congresso redigiu um pré-texto de Ato Institucional com intenção, segundo a reportagem, de negociar com os militares. O documento propunha “cassação dos mandatos dos deputados comunistas”, além de “cassação dos direitos políticos de líderes sindicais, políticos e universitários, suspensão das garantias constitucionais em determinados momentos e regiões Expurgo na magistratura, nas forças armadas e no serviço público” (nº. 626, p 9).

A preocupação do que a *Manchete* chamou de “governo da revolução” seria eleger o novo presidente e afastar os envolvidos com Jango. “Os chefes militares Durante os anos da ditadura, os enfoques da revista deixavam entrever um tom de otimismo e esperança; três anos após o abril de 1964, as promessas de que os militares seriam provisórios e serviriam apenas de transição a um governo civil já haviam perdido o sentido. Mas quando Costa e Silva assumiu o poder, sob o título “O 2º governo da Revolução”, o impresso trouxe os nomes dos ministros do governo Costa e Silva que dariam a este um caráter diferenciado do de Castelo Branco: “Pode-se dizer que a revolução prossegue, sim, mas com outros homens, métodos, estilos e rumos. Ela já não é assim tão una e indivisível como se afirmou inicialmente” (nº. 776, p. 28-30); e, no mesmo contexto, publicou o “Grande inquérito *Manchete/Ibope*: O que o Brasil espera de Costa e Silva”, pesquisa realizada nas cinco maiores cidades brasileiras⁸, com 300 entrevistados.

Os principais resultados das entrevistas foram que a grande maioria aspirava por eleições diretas (82%), esperava que o governo passasse o cargo a quem fosse eleito, e não a partidários da revolução (79%), era contra o bipartidarismo e pedia a volta dos partidos políticos (75%), queria que se adotasse uma linha de governo mais suave que Castelo Branco ou se voltasse ao regime anterior (67%), era favorável à reforma agrária com expropriação dos latifúndios improdutivos (62%), desejava predominância civil à militar nos ministérios, ou “militares só nas pastas militares” (61), e era contra a nova constituição (60%).

A vontade popular exposta pela revista não foi cumprida e nenhuma das aspirações foi atendida durante o governo em questão; pelo contrário, sob Costa e Silva, a linha de repressão foi ainda mais forte, gerando protestos pelo país e no Congresso. Alguns dias antes de 07.09.1968, o deputado Márcio Moreira Alves fez um discurso na

⁸ Segundo *Manchete*, as cidades Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife.



Câmara Federal conclamando um boicote ao desfile promovido pelos militares; inspirado na peça de teatro em cartaz na ocasião, *Lisístrata (ou a greve dos sexos)*, de Aristófanes, o deputado orientou, dentre outras coisas, as jovens a não namorarem militares (<http://www.marciomoreiraalves.com/video.htm>). O governo militar solicitou ao congresso a cassação de Alves. O Congresso não aceitou a imposição.

Um dia antes da divulgação do AI5, em 12.12.1968, então sofrendo processo de cassação, Moreira Alves fez outro discurso, defendendo-se. Dois dias depois, a revista *Manchete* publica “Nos idos de Márcio”, em que informa que o jornalista Murilo Melo Filho explicaria “porque a revolução de 64 ainda não encerrou o ciclo das cassações”, sem citar as preleções de Moreira Alves. Em compensação, o jornalista incluiu, na reportagem, a declaração do deputado Murilo Costa Rego, quando seria cassado, em abril de 1964: “Nós não somos os primeiros nem seremos os últimos.(...) As revoluções nunca saciam a fome” (p. 17); o deputado ainda critica o processo de cassação de Márcio Alves, que ocorreu em 30.12.1968, ao lado de mais dez parlamentares (nº.869, p.16-19).

O Ato Institucional que fechou o Congresso e aboliu o que ainda restava de liberdade da imprensa foi revelado somente na edição seguinte, em 28.12.1968, sob o título “O quinto ato”, citando que, para preservar a Revolução, “segundo anunciou o ministro Gama e Silva”, o governo decretara o recesso do Congresso. O lide da matéria era composto pelos direitos adquiridos pelo presidente com o Ato.

As matérias da política nacional, que já não eram freqüentes até ali, tornaram-se ainda mais raras. Na sessão “Posto de escuta”, em que se lia frases de pessoas de destaque, era possível encontrar notas do tipo “A volta da democracia política, em nosso país, é tão difícil quanto o retorno do imperador Pedro I”, do deputado Cantídio Sampaio, e “Nessa escuridão institucional brasileira, o MDB do Pará está à procura de candidatos”, do deputado João Meneses (nº. 941). “O Brasil em *Manchete*” se tornou um espaço de notas sociais e institucionais. As páginas sobre economia traziam um otimismo panfletário, como na matéria que destaca: “O governo vem fazendo grande esforço pela criação de um capitalismo flexível em nossa terra”, apresentando o Brasil como vigésimo maior exportador do mundo e vários dados a respeito de investimentos, consumo, dívida, mas sem serem comentados, apenas introduzidos pelo texto que iniciou com a citação acima e terminou com “salve a livre empresa correta, produtiva e patriótica. Ela é o fator do progresso e garantia de liberdade” (nº. 974, p. 63).

O levantamento histórico da década de sessenta feito pela revista *Manchete* em maio de 1970 (nº. 942), com o título “A história política que ninguém contou”; iniciava com a constatação: “Seria preso como louco o vidente que, em 1959, previsse e anunciasse tudo o que aconteceu neste país até 1970” (p. 35).

A diferença de abordagem entre o levantamento histórico realizado antes do AI5 e o publicado após o ato ilustra o filtro nas informações que a censura posterior a dezembro de 1968 impôs ao país. A realidade de imprensa vigiada em tempos de ditadura não garante aos veículos de comunicação uma posição de independência nos períodos democráticos, mas confere-lhes um caráter de maior confiabilidade por não ser regido por censura oficial.

Essa fórmula se seguiu durante os governos Médici e Geisel, com poucas matérias políticas, exaltação da economia nacional e algumas denúncias ao terrorismo, como no caso do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher (nº. 974, p. 12-17).

No final de 1978, a revista divulga a vitória esmagadora do MDB nas eleições de 15.11.1978, que teve como “cabo eleitoral” (nº. 1394, p.53) o crescimento demográfico não acompanhado pelo aumento no espaço das grandes cidades e a economia ainda rural - sessenta por cento das exportações brasileiras de 1978 vieram da agropecuária. O Brasil produzia apenas 17% do petróleo consumido no país e, de 1964 a 1979, passou de cem alunos universitários para um milhão e duzentos mil.

Esse Brasil, com cento e vinte milhões de habitantes, recebeu João Batista Figueiredo como o quinto presidente militar após a revolução, e a revista publica, dois meses antes da posse, “O grande desafio” para ele, que seria administrar as grandes cidades, a questão agropecuária, o problema da energia, acréscimo industrial, a incógnita do petróleo, a discussão educacional e a saúde programada (IDEM, p. 51).

As inaugurações de usinas hidrelétricas foram destaque em algumas edições, e a reportagem sobre Itaipu é um exemplo significativo. A revista compara o potencial concreto da maior hidroelétrica do mundo com o potencial social da abertura política, creditando ambas atuações a Figueiredo, “o mais popular dos presidentes militares”, incluindo na reportagem as suas viagens por todo o país, com visitas aos garimpeiros de Serra Pelada e na favela Brasília Teimosa, de Recife, ao que *Manchete* chama de “maratona política” do presidente (nº. 1596, p. 4 – 12).

Quanto à promessa do início do governo militar da volta à democracia, ela não ocorreu também com Figueiredo. Na sua posse, prometeu: “Hei de fazer deste país uma democracia” (nº. 1445, p.77). Revogou o AI5, concedeu anistia e reforma partidária,

possibilitando a formação de novas legendas, gerando questões que variaram desde a veiculada em janeiro de 1981, “Se as eleições para governador em 1982 voltarem a ser diretas, o PD⁹ já tem alguns nomes praticamente certos”, na matéria “PDS, o partido do João” (Figueiredo) (nº. 1449, p.112-113), até “Quem ganha, leva? O governo federal diz que sim. E, se levar, como levará? Os candidatos Tancredo Neves, Franco Montoro e Leonel Brizola respondem”, demonstrando, em entrevista com os três pretendentes aos governos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, o clima de cautela que cercava os meios políticos nesse momento de transição (nº. 1594, p.18-19). Na edição posterior (nº. 1595, de 13/11/1982), *Manchete* entrevista o ministro da justiça, sob o título: “O ministro da justiça (Abi-Ackel) confirma a declaração do Presidente da República. Os eleitos serão empossados”.

E foram. *Manchete* divulgou os primeiros resultados das eleições para governador (nº. 1597, p.4) do terceiro maior eleitorado do mundo, com 59 milhões de votantes, abaixo apenas dos Estados Unidos¹⁰ e do Japão¹¹ (IDEM, p. 18). Esse retorno democrático resultou na volta a um tema que se tornou freqüente desde então: eleições diretas para Presidente da República. Na edição de 11.11.1983, Alexandre Garcia aponta a reivindicação por eleições diretas em 1984 como ilusórias e que o governo admitia conversar sobre o assunto por se tratar da reivindicação principal da oposição (nº. 1648, p. 11).

O jornalista acertou. No mês seguinte, a reportagem “Adeus às diretas” demonstra o fecho do assunto, em que o Presidente Figueiredo, em discurso para oficiais-generais, apresenta o tema *Eleições diretas* como pressão das oposições “esquecidas de que o fundamental e o básico para a condução segura do processo de democratização estão sendo realizados: o fortalecimento das instituições, inclusive as militares”, colocando como consequência de uma abertura política “o retorno ao caos, à desordem, à indisciplina, à exacerbação de todos os apetites, à luta inglória, enfim”. Mesmo assim, a matéria jornalística relata a confiança na entrega do país a civis com o fim da ditadura.

Em outubro de 1984, *Manchete* lança a série “O desafio da democracia” (nº. 1700), em que retrata o Brasil de 1945 a 1985, em sete capítulos, um em cada edição: “Da eleição de Dutra à volta de Getúlio”; “Getúlio: da volta ao suicídio”; “Os anos JK”;

⁹ Redução de PDS – Partido Democrático Social.

¹⁰ 86 milhões.

¹¹ 83 milhões.



“Jânio – 6 milhões de votos/ 6 meses no governo”; “Os anos de Jango”; “A revolução de 64”; “Os governos da revolução”.

O governo Figueiredo foi apontado como fecho para esse período. O ano de 1984 foi de apoio à abertura e a Tancredo Neves. A revista assumiu um tom parcial em favor ao candidato. Em matéria sobre o comício realizado na praça da Sé, em São Paulo, a um mês das eleições (indiretas), apresentou os 30 mil participantes dessa tarde chuvosa e a audiência das transmissões em televisão como “eleitorado maciço a favor do candidato”, complementando com “antes do Colégio Eleitoral, o povo já elegeu Tancredo em praça pública” (nº. 1705, p.12-16) Essa postura é reforçada pelo subtítulo da matéria encontrada na edição seguinte (29 de dezembro de 1984), em que apresenta o candidato como “futuro presidente da república” (nº. 1706, p. 17). Em resumo desse ano, *Manchete* o caracteriza como “predominantemente eleitoral e político”. (nº. 1707, p. 73), e ele marca o final da abordagem proposta para este trabalho.

Este artigo buscou, portanto, sugerir a eficiência da mídia diária como fonte de levantamento histórico-social, assinalando o perigo de uma abordagem ingênua nessa proposta: é preciso ter em mente, ao desenvolvê-la, o momento político-social por que passa a sociedade para a qual o impresso é produzido, avaliando as limitações políticas e econômicas que poderiam cercear a informação do veículo em pauta.

Referências bibliográficas

ANDRADE; A. M. R. de; CARDOSO, J. L. R. “Aconteceu, virou *Manchete*”. in *Revista Brasileira de História*. ISSN 0102-0188. vol.21 no.41, São Paulo, 2001
Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882001000200013&script=sci_arttext.
Acesso em 10.10.2008.

LOPES, M. I. V. Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEGEL, G.W.F. *Textos escolhidos*. Org. e trad. R. Corbisier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história do seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico. Dissertação de mestrado. ECO/UFRJ, 1995. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/infotec/teses92-96/html/ufrj95.htm>. Acesso em 02.05.2009.

CIVITA, V. Revista Manchete. Rio de Janeiro. Edições de 1952 (nº 1) a 1989 (nº 1960).